



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

## O Paraná Mais Orgânico e a alimentação escolar *The Paraná Mais Orgânico and school meals*

Ednaldo Michellon

Prof. Coordenador Estadual do Paraná Mais Orgânico e do PMO/UEM

Andrea Bruginski

Gestora do Programa de Alimentação Escolar Pública do Paraná/Fundepar

### Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar um panorama da contribuição da agricultura familiar, do associativismo e do cooperativismo no fornecimento da alimentação escolar no Estado do Paraná, Brasil, de 2011 até 2023, e a colaboração da extensão rural agroecológica neste processo. Essa pesquisa se justifica em função da obrigatoriedade de destinar pelo menos 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para os Estados e Municípios brasileiros para as compras da agricultura familiar. Também, será apresentado o comportamento do fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar das escolas públicas paranaenses e a participação do Paraná Mais Orgânico nesta ação. A metodologia constou de consultas às fontes de dados primários, principalmente os números da base fornecidos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar). A tese principal para o crescimento no consumo de orgânicos em geral tem a ver com a opção da população pela alimentação mais saudável e livre de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. E, no caso da merenda escolar, tem sido puxada pela legislação, que colocou como meta que a alimentação das escolas públicas no Paraná seja 100% orgânica até 2030. Os resultados mostram que esse esforço da sociedade tem tido êxito, pois está havendo incremento do número de associações e cooperativas da agricultura familiar que estão fornecendo alimentos, inclusive, com aumento na quantidade e diversidade de produtos orgânicos neste período analisado. Por último, ressalta-se que este é um grande desafio colocado para a agricultura e a sociedade paranaense, para que as crianças e jovens tenham uma alimentação mais saudável e de qualidade elevada, com ganhos significativos na melhoria da educação.

**Palavras-chave:** Extensão Rural; Agricultura Familiar; Agroecologia.

### Abstract

The objective of this article is to present an overview of the contribution of family farming, associations and cooperativism in providing school meals in the State of Paraná, Brazil, from 2011 to 2023, and the collaboration of agroecological rural extension in this process. This research is justified due to the obligation to allocate at least 30% of the resources from the National School Feeding Program (PNAE), to Brazilian States and Municipalities for purchases from family farming. Also, the behavior of the supply of organic food in school meals in public schools in Paraná and the participation of Paraná Mais Orgânico in this action will be presented. The methodology consisted of consultations with primary data sources, mainly the base numbers provided by the Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar). The main thesis for the growth in organic consumption in general has to do with the population's



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

choice to eat healthier and free from pesticides and synthetic fertilizers. And, in the case of school meals, it has been driven by legislation, which set as a goal that food in public schools in Paraná will be 100% organic by 2030. The results show that this effort by society has been successful, as there is an increase in the number of family farming associations and cooperatives that are providing food, including an increase in the quantity and diversity of organic products in this period analyzed. Finally, it should be noted that this is a major challenge for agriculture and society in Paraná, so that children and young people have a healthier, high-quality diet, with significant gains in improving education.

**Keywords:** Rural Extension; Family Farming; Agroecology.

## Introdução

A alimentação escolar está presente em mais de 170 países mundo afora, o que confirma tratar-se de um tema importante para a saúde e o bem-estar dos estudantes em idade escolar, especialmente nos países mais pobres, pois muitas vezes eles frequentam a escola para poderem se alimentar e mitigar os efeitos da fome. Além disso, a alimentação adequada possibilita às crianças, adolescentes e jovens terem mais energia, melhor concentração e um desempenho acadêmico mais satisfatório.

Neste contexto, a alimentação escolar foi uma conquista da sociedade brasileira, cujas primeiras lutas em prol desta política pública começaram nos anos 1940, que acabou culminando na assinatura do Decreto nº 37.106, de 1955, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. A mudança de nome veio em 1956, com a edição Decreto nº 39.007, e ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. Em 1965 o nome foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Mas, somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa vitória foi concretizada com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 1988, na qual ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental a ser oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais (Brasil, 2013).

Ademais, o Brasil tem empreendido uma série de ações em favor da alimentação em geral e do fim da fome em particular, especialmente desde 2003, com diversas ações específicas destinadas a garantir a segurança alimentar e nutricional da população, culminando com a



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

aprovação do direito humano à alimentação adequada por meio da Emenda Constitucional nº 64 de 04/02/2010 (Porcé; Michellon, 2022).

Este “modelo fome zero” espalhou-se pelo mundo, com importantes sobreposições na alimentação escolar, uma vez que “as escolas não só se tornaram fornecedoras de alimentos mais saudáveis, mas também passaram a fazer parte da formação de futuros consumidores mais conscientes de sua saúde e da saúde do planeta”, afirmou o então diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, José Graziano da Silva (FAO, 2019).

Por sua vez, a Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar), que foi instituída em 1962, pela Lei nº 4.599, atualmente, Instituto, é integrante da administração indireta, vinculado à Secretaria de Estado da Educação (SEED), é o responsável pela coordenação de alimentação e nutrição escolar até os dias atuais (Fundepar, 2023).

Assim, a alimentação escolar é uma importante ferramenta para a promoção da saúde e do desenvolvimento das crianças e jovens também no Estado do Paraná. Por isso, a Fundepar trabalha em parceria com as escolas e municípios para garantir que a alimentação oferecida aos estudantes seja balanceada e adequada às suas necessidades nutricionais, com investimentos na capacitação dos profissionais, como nutricionistas, cozinheiras e cozinheiros, para que possam oferecer uma alimentação de qualidade e promover hábitos alimentares saudáveis.

Neste sentido, as cooperativas e associações de produtores são organizações que reúnem pessoas com objetivos comuns, e podem ser uma opção para fornecer alimentos saudáveis e de qualidade para as escolas. Ao trabalhar em conjunto, podem oferecer produtos frescos e nutritivos, enquanto as escolas podem garantir um cardápio variado e equilibrado.

Além do mais, o cooperativismo também pode ajudar a fortalecer a economia local, já que os alimentos são produzidos e comercializados na própria região, gerando renda e empregos para a comunidade. Ou seja, a alimentação escolar comprada das associações e cooperativas de agricultores são temas que se complementam e podem trazer muitos benefícios.

Dessa forma, o Instituto Fundepar tem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento educacional e socioeconômico do Paraná, pois também contribui para a organização social rural, por meio do incentivo à produção e consumo de comida boa, que



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

também tem sido o desafio da extensão rural. Isso tem ocorrido, especialmente, após a “nova” Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), de 2004, que tem sido retomada após 2023 pelo atual governo federal, com ênfase na agroecologia.

É por isso que a alimentação escolar é uma responsabilidade compartilhada entre as escolas e a comunidade, envolvendo o governo federal, estados e municípios para dar conta desta tarefa também da extensão rural na linha do desenvolvimento sustentável.

Assim, as cooperativas e associações de agricultores são responsáveis por fornecer frutas, legumes, verduras, carnes, ovos e outros alimentos diretamente das propriedades rurais para as escolas. Essa medida contribui para aumentar a renda, bem como reduzir o desperdício de comida, já que os produtos são colhidos e entregues de forma mais eficiente.

Além disso, a entrega da merenda escolar pelas cooperativas e associações de agricultores é uma forma de incentivar a alimentação saudável e a educação alimentar nas escolas. Por meio dessa iniciativa, os alunos têm a oportunidade de conhecer os produtores locais e aprender sobre a importância da alimentação saudável e sustentável.

Essa prática também promove a valorização da cultura local, já que os alimentos fornecidos são típicos da região. Isso ajuda a preservar a identidade cultural e a história local e, é uma forma de promover a segurança alimentar e nutricional das crianças e jovens.

Essa iniciativa tem sido bem-sucedida no Paraná e tem inspirado outros estados a adotarem medidas semelhantes, com a contribuição fundamental da extensão rural.

## Procedimentos metodológicos

Para realizar esta tarefa, a metodologia deste trabalho consistiu na consulta às fontes de dados primários, principalmente os números base fornecidos pela Fundepar, já que ela tem o banco de dados desta investigação, pois coordena todo esse processo de compra de alimentos para distribuição nas escolas públicas de ensino fundamental e médio do Paraná.

Assim, quando são realizados leilões e/ou licitações de compra de alimentos, os dados dos licitantes, cooperativas, associações e outros são colocados em um sistema eletrônico,



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

também gerenciado pela Empresa de Tecnologias da Informação e Comunicações do Paraná – Celepar, que contribui para o controle de processos e dados em parceria com a Fundepar.

Por sua vez, a principal hipótese para o crescimento do consumo de orgânicos tem a ver com a escolha da população por uma alimentação mais saudável, livre de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. Ou seja, ampliou-se a luta pela segurança alimentar e nutricional em sentido amplo, em concerto com a soberania alimentar, não apenas para satisfazer necessidades básicas, mas para fazê-lo com “comida de verdade no campo e na cidade” (CNSAN, 2015).

E, no caso da alimentação escolar mais saudável, a hipótese é que tenha sido impulsionada pela legislação, que estabeleceu a meta de que a alimentação nas escolas públicas do Paraná seja inteiramente orgânica até 2030. Isso tem sido possível de ser feito até aqui, graças à obrigação de se destinar pelo menos 30% dos recursos do PNAE aos Estados e Municípios brasileiros para compras da agricultura familiar.

Neste sentido, o foco deste artigo é mostrar como tem sido a evolução da compra dos alimentos da agricultura familiar em geral e de alimentos orgânicos em particular, para a alimentação escolar no Paraná e o papel da extensão rural neste processo.

## Resultados e discussão

Pelo visto até aqui, percebe-se que investir na merenda escolar é uma iniciativa que traz benefícios não só para as crianças e jovens, mas para toda a comunidade. Ao valorizar os produtores locais e oferecer uma alimentação saudável e nutritiva, esse esforço do conjunto da sociedade paranaense está contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável e justo. Traduzindo em números, a dimensão da rede estadual de ensino público que é atendida pela alimentação escolar compreende os 399 municípios do Paraná, com 2.241 escolas e fornece 1,5 milhão de refeições por dia, para um contingente de 1.164.000 matrículas (SEED, 2023).

Para atender essa quantidade de refeições diárias nas escolas públicas do Paraná, houve uma significativa evolução da participação das compras de produtos orgânicos da agricultura familiar neste processo. Em 2011 comprou-se 77.370 kg e, em 2023, foi de 2.648.453 kg, um incremento superior a 3.300 % no período, o que, em valores nominais, foi de 262.692 reais



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

para R\$ 20.672.547, respectivamente, o que representa um aumento superior a 7.700 % no período analisado (Fundepar, 2023).

Por sua vez, nos últimos anos, não só o Paraná, mas o Brasil, teve uma evolução crescente em relação aos agricultores e agricultoras certificados na conformidade orgânica. O reflexo desse conjunto de ações e parcerias públicas e privadas, é que além de contribuir para que o estado fique em primeiro lugar no ranking do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), dados da Fundepar apontam que em 2023, 78% das escolas receberam alimentos orgânicos, representando um alcance de 300 dos 399 municípios. Em 2011 eram apenas 29. Em geral, a extensão rural trabalha no apoio à organização social rural. Assim, essas compras da agricultura familiar têm sido feitas por meio de suas Associações e Cooperativas, que também tiveram um vertiginoso crescimento no fornecimento da merenda escolar neste período analisado, especialmente puxado pelo PNAE.

Isso foi possível por que houve uma mobilização de vários segmentos de defesa da agricultura familiar e da alimentação saudável e, em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.947, que trouxe novos avanços para o PNAE. Assim, o PNAE foi ampliando para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Outro avanço foi a inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), para os da Educação de Jovens e Adultos semipresencial e para os matriculados em escolas de tempo integral (Brasil, 2013). Neste sentido, o número de cooperativas e associações que entregaram produtos para a alimentação escolar no Paraná cresceu muito, saindo de 46 em 2011 para 199 em 2023, um aumento de 332 % neste período, na esteira da lei supracitada do PNAE.

E, convergindo com esse movimento da sociedade paranaense pela alimentação saudável, foi estabelecido que a merenda escolar seja 100% orgânica até 2030, por meio da Lei 16.751 (Paraná, 2010) e do Decreto 4.211 (Paraná, 2020).



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

Em outras palavras, colocado esse desafio, o Instituto Fundepar começou a comprar e a incentivar o consumo de alimentos orgânicos nas escolas. Em 2011, foi comprado apenas 0,8% de orgânicos pelo PNAE, do total comprado da agricultura familiar. Mas, o volume foi ampliado, chegando-se a 10,5% em 2021, caindo-se para 7,1% em 2023. Destes montantes, em 2011, 9% foi proveniente da agricultura familiar, subindo para 24% em 2023 (Fundepar, 2023).

Em suma, entre as principais variáveis que dificultam o rápido crescimento da produção orgânica no Brasil em geral e no Paraná em particular, estão as dificuldades de produzir com muita mão de obra, já que ainda existem poucas opções rentáveis de herbicidas agroecológicos para controle de plantas espontâneas, por exemplo. Ademais, há um envelhecimento dos residentes rurais e os jovens têm se deslocado para o ambiente urbano. Ou seja, a sucessão rural na agricultura orgânica parece enfrentar mais dificuldades em relação à agricultura convencional, com toda a maquinaria desenvolvida para este sistema de produção.

Mas, para dar conta deste enorme desafio, o Estado tem feito esforços consistentes para a conversão da agricultura convencional em agricultura orgânica. O exemplo disso foi a criação do Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, em 2009, posteriormente denominado de Programa Paraná Mais Orgânico (PMO), que é uma política pública governamental, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI) (Michellon et al. 2011). Nesse sentido, o PMO apoia a agricultura e a agroindústria familiar para quem desejar certificar gratuitamente a sua produção dentro do sistema orgânico de produção e, ao mesmo tempo, com os bolsistas, forma novos quadros de profissionais e estudantes no entorno da extensão rural agroecológica (Michellon et al., 2018).

Atualmente, o PMO está na Fase VI (2023/2025) e conta com doze núcleos de certificação de orgânicos vinculados, principalmente, às Instituições de Ensino Superior (IES), e tem como abrangência de atuação os 399 municípios do estado, contando com um grupo de 90 bolsistas entre professores, profissionais, estudantes e extensionistas, mais os colaboradores dos Núcleos. Desses 12 Núcleos do PMO, nove estão presentes nas sete IES, sendo: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM Maringá e Umuarama), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP Bandeirantes), Universidade



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Paraná (Unespar Paranaguá), Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro Guarapuava), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste Francisco Beltrão e Marechal Cândido Rondon), dois no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR/PR, em Curitiba é o CPRA e em Ivaiporã é o Núcleo Vale do Ivaí) e um Núcleo de Certificação de produtos orgânicos no Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar Curitiba).

O PMO atua através da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), na promoção e fomento da produção agroecológica, com o objetivo final de certificar a produção orgânica no estado do Paraná de forma gratuita para a agricultura e agroindústria familiar. Isso é feito por meio da certificação auditada, via Tecpar, apoio à certificação pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), especialmente no auxílio dos trabalhos da Rede Ecovida de Agroecologia e as certificações via Organização de Controle Social (OCS). Além de dois Centros de Certificação Orgânica do PMO, o próprio IDR também atua com vários profissionais em diversas regiões do estado no trabalho da ATER voltado para agroecologia e produção orgânica.

Neste processo de ATER, a SETI também cumpre o seu papel na formação profissional na área de agroecologia e produção orgânica, mantendo-se estreitos laços entre o ensino, a pesquisa e a extensão, voltados à produção de alimentos saudáveis e o desenvolvimento sustentável. Isso porque cada Núcleo do PMO é formado por 5 bolsistas profissionais e um estudante, geralmente de Agronomia, mais um coordenador, que trabalham nas ações de extensão rural e, também, vão se capacitando com a realização de vários cursos e atividades no entorno da agroecologia. Inclusive, muitos fazem cursos de Pós-Graduação no processo, sendo um dado importante a quantidade de ex-bolsistas que hoje são professores, extensionistas, pesquisadores, produtores de orgânicos, gestores e/ou exercem outras atividades na área.

Por sua vez, nos últimos anos, não só o Paraná, mas o Brasil, teve crescimento em relação aos agricultores e agricultoras certificados na conformidade orgânica. Conforme mostra o CNPO, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o Paraná lidera o ranking de produtores certificados no país, com aproximadamente 3.800 certificações (Brasil, 2023).



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

## Considerações finais

Este artigo mostrou o papel fundamental que a Fundepar desempenha na coordenação e na gestão da alimentação escolar no Paraná. Mostrou-se que no Paraná a entrega de parcela crescente da merenda escolar é feita por cooperativas e associações de agricultores familiares, e que essa iniciativa tem como objetivo promover a agricultura familiar e a economia local por meio da organização social rural e a geração de empregos e renda, além de fornecer alimentos mais frescos e saudáveis para as escolas, com efetiva participação da extensão rural.

Para isso, tem sido valorizada a produção de agroecológica para atender a meta colocada pela legislação de chegar em 2030 com 100% da alimentação escolar orgânica, especialmente de alimentos produzidos por cooperativas e associações de agricultores locais.

Ou seja, isso confirma, ainda que parcialmente, a hipótese de que o aumento da oferta de alimentação escolar mais saudável é impulsionado pela legislação supracitada. E, essas compras foram possíveis graças à obrigação de destinar pelo menos 30% dos recursos do PNAE aos Estados e Municípios brasileiros, para compras da agricultura familiar, o que tem demandado muito trabalho da extensão rural, especialmente pública.

Essa parceria entre escolas e produtores rurais traz diversos benefícios para a comunidade. Além de proporcionar uma alimentação mais saudável, o uso de alimentos locais ajuda a preservar a cultura e a identidade local. Isto contribui, agora e no futuro, para a hipótese de que o crescimento do consumo de orgânicos em geral tem a ver com a escolha da população por uma alimentação mais saudável desde crianças e jovens.

A merenda escolar também contribui para a redução da evasão escolar, pois muitas crianças não têm acesso a uma alimentação adequada em casa. Com uma refeição nutritiva na escola, elas se sentem mais motivadas a frequentar as aulas e a aprender mais e melhor.

É importante ressaltar que a merenda escolar deve ser planejada por nutricionistas e bem executada por merendeiras, levando em consideração as necessidades nutricionais das crianças e evitando-se o desperdício de alimentos. A participação dos alunos na escolha dos alimentos também pode ser uma forma de incentivar hábitos alimentares saudáveis desde cedo.



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

Assim, essa parceria entre a alimentação escolar orgânica e a agricultura familiar tem produzido muitos frutos em prol do desenvolvimento sustentável, não só dos agricultores e estudantes, mas também das diferentes regiões do Paraná, incluindo-se aí as instâncias da indissociável tríade do ensino, pesquisa e extensão das universidades públicas paranaenses.

Em suma, pensamos que essa é uma política pública que merece ser estudada e ampliada, não só para os demais estados do Brasil, mas também mundo afora, para termos uma alimentação saudável e melhor qualidade de vida.

## Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CNSAN. **Manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar**, 2015. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/5\\_conferencia/5\\_conferencia/Manifesto\\_COMIDADEVERDADE.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/5_conferencia/5_conferencia/Manifesto_COMIDADEVERDADE.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2024.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Alimentação escolar é estratégica no alcance do desenvolvimento sustentável**. 2019. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/83284-fao-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-%C3%A9-estrat%C3%A9gica-no-alcance-do-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FUNDEPAR. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional. **Histórico e Resumo da distribuição da merenda escolar**. Disponível em: <<https://www.fundepar.pr.gov.br/Pagina/Historico>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MICHELLON, E., ROSA, G. M., KAWAKAMI, J., BRANCO, K. B. Z. F., CARVALHO, T. M. M. de. **Certificação pública de produtos orgânicos: a experiência paranaense**. Maringá: Clichetec, 2011.



# III SNEER

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DE 23 A 25 DE ABRIL  
DE 2025

Realização:



Apoiadores:

MICHELLON, E., ROCHA, C. H., MARTINS, F. R. C., KAWAKAMI, J., ROVEDA, L. F., KAWANO, C. L., VENTURA, M. U., GARCIA, R. C. MACEDO, R. B., Y WILHELM., V. I. **Paraná Mais Orgânico: Relatos de Experiência de Certificação Pública de Produtos Orgânicos.** Curitiba: CRV, 2018.

PARANÁ. **Lei 16.751 de dezembro de 2010.** Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio, a merenda escolar orgânica. Curitiba, PR: Diário oficial.

PARANÁ. **Decreto 4.211 de março de 2020.** Regulamenta a Lei n 16.751, de 29 de dezembro de 2010, que institui a alimentação escolar orgânica no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio. Curitiba, PR: Diário oficial.

PORCÉ, M., MICHELLON, E. Políticas Públicas de Erradicação da Fome no Brasil: Desenvolvimento e Crise no Século XXI. **A Economia em Revista**, v. 30, n. 3, p. 77-93, setembro/dezembro 2022.

SEED – Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Resumo da distribuição da merenda.** Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/paginas/merenda/merenda.jsf?windowId=4c9>. Acesso em: 25 nov. 2023.